

TILLY, Charles. *From Mobilization to Revolution*. New York: Random House 1978.

_____. "Britain creates the social movement". In: CRONIN, James E. e SCHNEER, Jonathan, ed., *Social Conflict and the Political Order in Britain*, p. 21-51. New Brunswick: Rutgers University Press, 1982.

_____. "Social movements and national politics". In: BRIGHT, Charles e HARDING, Susan, ed., *State Making and Social Movements*, p. 297-317, Ann Arbor: University of Michigan Press, 1984.

_____. *The Contentious French*. Cambridge: Harvard University Press, 1986.

WILLIAMS, Philip B. "The debate over large dams". *Civil Engineering*, 1991.

No rastro das águas: organização, liderança e representatividade dos atingidos por barragens*

MARIA STELA MORAES

INTRODUÇÃO

Qual a relação entre o nível de organização dos atingidos e a atuação do movimento? Esta era a principal pergunta que os representantes da Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB), hoje MAB/CRAB, queriam ver respondida ao final da pesquisa "Democracia e desenvolvimento rural" (ver apresentação).

Em um primeiro momento, a pergunta parecia apenas refletir a idéia de que a força de intervenção externa de um movimento é posta pela sua realidade interna. Neste sentido, a pergunta exigia o resgate da história de como se construiu esta relação entre as dimensões externa e interna da luta, entre a organização dos atingidos e sua capacidade de intervenção.

Logo, porém, foi possível perceber que a pergunta podia ter um outro sentido, na medida em que, na fala dos dirigentes, "movimento" tinha um significado restrito e referia-se apenas à organização, a CRAB. Neste caso, a pergunta expressava a preocupação com o fenômeno que mais saltava aos olhos de quem se aproximasse do movimento dos atingidos pelas barragens da bacia do rio Uruguai: a nítida separação entre a CRAB (o "movimento"), entendida como o coletivo de dirigentes e lideranças, de um lado, e, de outro, os atingidos, sobre os quais incidia a ação organizativa dos primeiros.

Trata-se, sem dúvida, de uma característica historicamente comum a muitos movimentos organizados em todo o mundo e que, no jargão dos estudiosos, assume as mais diversas denominações: relação vanguarda/massa, dirigentes/base, organização/movimento e assim por diante. Como assinala Tarrow, o problema das condições que determinam o con-

* Texto elaborado a partir da tese de doutorado intitulada *No Rastro das águas: pedagogia do Movimento dos Atingidos pelas Barragens da Bacia do Rio Uruguai* (PUCRJ).

in Zander Navano (org.), Política, protestos e cidadania no campo. As lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no RS.

136 Porto Alegre: Edit. da Univ./UERGS, 1996, p. 137-170.

trole de uma organização sobre um movimento de massas é o mais antigo no estudo dos movimentos sociais mas, mesmo assim, continua sendo o mais complexo (Tarrow, 1989, p.17).

Inversamente, o grau de controle das bases sobre a atuação de suas lideranças também vem sendo objeto de preocupação na prática e no estudo dos movimentos sociais. Este tema é caro àqueles que percebem como condição do desenvolvimento social e humano a consolidação de uma rede de instituições democráticas que impulsionem o *desenvolvimento de base*, a partir de um esforço de ruptura com a “lei de ferro da oligarquia”, predominante na organização dos movimentos (Fox, 1989).

Desta forma, a questão democrática não se limita aos possíveis impactos “para fora” dos movimentos sociais sobre a democratização dos direitos de cidadania, das instituições políticas e das relações de trabalho e de propriedade na sociedade como um todo (Scott, 1990, p.6). Ao contrário, as possibilidades de intervenções mais universais só podem ser melhor avaliadas à luz de seu contraponto: a singularidade das relações que se estabelecem no interior de cada movimento.

Esta dupla dimensão aparece na pergunta que Grzybowski apresenta aos interessados em avaliar os impactos democratizantes dos movimentos sociais no campo:

[...] como os trabalhadores rurais, em sua diversidade e qualidade de sujeitos políticos coletivos, em processo de constituição, se articulam e ajudam a empurrar a democratização no Brasil para além do projeto de democracia restrita das classes dominantes? Como renovam as práticas sociais no campo e contribuem para edificar uma cultura política democrática? (Grzybowski, 1989, p.50)

É considerável o número de estudos que demonstram a capacidade dos atingidos por barragens de se articularem na resistência à implantação de grandes complexos hidrelétricos, ponto nevrálgico da estratégia de desenvolvimento capitalista no Brasil. Suas lutas vêm colocando em xeque o autoritarismo da lógica tecnocrática que rege os processos de planejamento e execução daqueles projetos; suas conquistas vêm imprimindo mudanças significativas nas relações do setor elétrico com as populações afetadas pelos grandes lagos. Estas transformações podem vir a aprofundar-se ainda mais, a partir da articulação do Movimento Nacional de Atingidos por Barragens (MAB), instituído em março de 1991, no I Congresso Nacional dos Atingidos por Barragens. Fica cada vez mais visível, portanto, a forma como os atingidos vêm ajudando a “[...] empurrar a democratização para além do projeto de democracia restrita das classes dominantes”.

Aliás, esta é uma característica do processo de democratização protagonizado pelas organizações da sociedade civil, a partir do final da década de 1970, ao qual Francisco de Oliveira chama de “Revolução Inglesa”:

Assistimos hoje a uma ampla conjugação de forças de variada natureza que, tomando a crise do Estado como motivo, redefine um espaço, desenha uma nova relação entre Estado e Sociedade Civil. Em termos gramscianos, significa a criação de uma Sociedade Política, isto é, um conceito elaborado para não tratar o Estado e a Sociedade como polaridades absolutas. O conceito, portanto, de Sociedade Política, é uma espécie de síntese da relação Estado/Sociedade. (Oliveira, 1994, p.6)

Por outro lado, pouca atenção tem sido dada à contribuição dos movimentos de barragens para “[...] edificar uma cultura política democrática” capaz de renovar as práticas sociais no campo. Embora os processos acima mencionados façam parte desta renovação, eles não incluem a dimensão interna destas relações e destas práticas, cuja democratização é fundamental quando se parte de um conceito ampliado de Estado (Sociedade Civil e Sociedade Política). Democratizar implica construir uma nova cultura política também no nível interno das organizações da Sociedade Civil.

Neste sentido, e considerando os limites deste trabalho, optamos por enfatizar os problemas da relação dirigentes/bases, ou “CRAB/Atingidos”. Cabe esclarecer, contudo, que este enfoque não significa o resgate do “paradigma dos movimentos sociais urbanos” que, nos anos setenta, enfatizava o estudo da dinâmica interna dos movimentos inspirado na tese de que eles tendiam a “[...] transcender-se, transformando-se em forças políticas capazes de funcionarem como uma espécie de vanguarda da democratização do Estado”. (Silva, 1993, p.41).

Trata-se apenas de uma questão de ênfase, considerando que a organização interna e a intervenção externa condicionam-se mutuamente. Seria impossível uma análise internalista do movimento desvinculada dos processos de enfrentamento com as Centrais Elétricas do Sul do Brasil (ELETROSUL) e das relações com outras forças políticas presentes nas diferentes conjunturas da década.¹

Ao enfatizarmos as relações internas, estaremos, ao mesmo tem-

¹ A história do movimento dos atingidos pelas barragens da bacia do rio Uruguai está relatada detalhadamente em um dos cinco textos que compõem o relatório final da pesquisa, arquivado na sede do MAB/ Região Sul e no CETAP.

po, respondendo a pergunta inicial das lideranças e investigando o *locus* privilegiado da constituição de uma nova cultura política. E quando falamos em “nova cultura política” não nos referimos à “política do significado”, como mera construção simbólica (Geertz, 1979). Tampouco nos alinhamos às análises culturalistas e fragmentárias que deram a tônica da produção intelectual sobre movimentos sociais nos anos oitenta.² Referimo-nos, isto sim, à formação de uma nova vontade coletiva, à “reforma intelectual e moral” que visa:

[...] romper a unidade baseada na ideologia tradicional, sem cuja ruptura a força nova não poderia adquirir consciência da própria personalidade independente. (Gramsci, 1978, p.11)

Mesmo que as “crenças populares” possam ter a “validade das forças materiais” (id., p.37) os movimentos vêm mostrando a possibilidade de ruptura com a “ideologia tradicional”, em um esforço contra-hegemônico que, tal como a hegemonia, se exerce tanto no plano econômico como no ético-político (id., p.33). Lembrando que os interesses imediatos podem abranger “todos os aspectos da história” (id., p.37), e não apenas o econômico-corporativo, Gramsci indica outras dimensões da atuação neste campo, além da defesa de direitos e de interesses corporativos. Gramsci reserva à ação sindical e, por extensão, aos movimentos sociais organizados em torno de lutas específicas, um trabalho organizativo no sentido de promover a “reforma das consciências” e a construção de uma nova força ético-política (id., p.14, 37 e 41).

Cabe ressaltar que um dos aspectos mais importantes do esforço de ruptura da “unidade baseada na ideologia tradicional”, e de constituição de novas práticas e representações, está no processo de construção da “identidade”, pelo qual se adquire a “consciência da própria personalidade independente”. Longe de ser uma “construção” linear e contínua, trata-se de um processo complexo que implica um constante fazer-se e refazer-se em ciclos de sínteses mais restritas ou mais ampliadas, o que nos faz lembrar Chauí:

Nossa hipótese é a de que há uma instituição contínua da divisão e da identidade que depende do modo como as condições históricas colocam os sujeitos sociais em presença uns dos outros, representando-se a si mesmos e aos outros. (Chauí, 1987, p.117)

²Só para citarmos alguns exemplos: Cardoso, 1984; Durham, 1984; Evers, 1983 e 1984.

A história do “Movimento dos Atingidos por Barragens” da bacia do rio Uruguai é emblemática dos labirintos por onde passa a construção das diversas identidades que se constituem, se sobrepõem, predominam ou se diluem nas diferentes conjunturas. É aqui que se faz notar a interferência da ação político-educativa dos mediadores que, ao longo da década, vai moldar, em certa medida, os ciclos de construção/desconstrução da identidade de “atingido”, influenciando as mudanças na estrutura organizativa do Movimento e nas formas de intervenção externa.

A própria periodização da luta dos atingidos pode, até certo ponto, ser marcada pela intervenção dos mediadores, sem ignorar, é claro, a influência de outros fatores conjunturais em um nível mais amplo. É este o critério que nos serve de parâmetro para dividirmos a história do Movimento em três momentos: o primeiro, sob a orientação da Igreja “popular”, vai de 1979 a 1985; o segundo começa por volta de 1986, coincidindo com o refluxo da atuação da Igreja e com a instalação das escolas sindicais; um terceiro momento se delineia a partir de 1989/1990, no mesmo contexto em que se deslança a campanha “por uma vida melhor”, da Central Única dos Trabalhadores (CUT). A estrutura deste texto acompanha esta periodização.

O MAB/RS (CRAB) COMO “SERVIÇO” NA LUTA DOS ATINGIDOS (1979/1985)

A ação mobilizadora da Igreja popular e da Comissão Regional (1979/1983)

Quem quer que conte a história do Movimento dos Atingidos por Barragens da bacia do rio Uruguai registra o fato de que sua organização inicial decorreu de um trabalho de informação e mobilização realizado por membros da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e por professores universitários que atuavam no Alto Uruguai através de um programa de Extensão Rural vinculado à Fundação Alto Uruguai para a Pesquisa e o Ensino Superior (FAPES), de Erechim (RS). Informados sobre o projeto de implantação de 25 barragens na bacia do rio Uruguai (depois reduzidas para 22), agentes pastorais e professores (alguns dos quais também ligados ao trabalho pastoral) saíram em “missão de alerta”. Foi este trabalho que deu ao Movimento sua marca diferenciadora: o fato de ter-se organizado antes mesmo do anúncio oficial do projeto.

É impossível entender a origem deste Movimento, portanto, sem contextualizar a ação dos setores progressistas da Igreja Católica, que

conseguiu firmar sua hegemonia nacional justamente na segunda metade da década de 1970.³ Os processos de formação de lideranças comunitárias pela Igreja popular desempenharam um papel muito importante na mudança da visão conservadora das estruturas sociais, entre os agricultores, impulsionando as mobilizações que passaram a “agitar” também o campo no Alto Uruguai. O voluntarismo e espírito de militância de centenas de jovens que abraçaram a causa da construção da “nova sociedade”, vão resultar na organização *simultânea* de oposições sindicais, comissões provisórias de fundação do Partido dos Trabalhadores, núcleos de sem-terra, comissões de barragens, grupos de mulheres, de jovens e assim por diante.

O importante a ressaltar é que, por mais indefinido que fosse, a Igreja popular tinha um projeto a ser implantado, a construção da “sociedade nova” cujos pilares estavam justamente no desenvolvimento da “democracia de base” através da “participação”. Foi o jogo de forças entre o conservadorismo do “universo simbólico popular” preexistente, das direções de capela, das estruturas de poder local e municipal, de um lado, e, de outro, os valores da nova teologia, que moldou os espaços de penetração dos agentes pastorais e, conseqüentemente, alargou os limites da atuação dos militantes e lideranças dos movimentos que emergiram no Alto Uruguai, no final dos anos 70.

Deste modo, não foi apenas a intervenção da Igreja que, de forma unilateral, ajudou a organizar os atingidos. Inversamente, também a ameaça da construção das barragens funcionou, muitas vezes, como a “porta de entrada” para a penetração do trabalho da “Igreja renovada”, em comunidades mais pacatas e conservadoras. É importante ressaltar que o Movimento teve início nos municípios afetados pelas duas primeiras barragens (Machadinho e Itá), de colonização italiana, onde predominam as comunidades católicas.

Por familiarizados que fossem os agentes pastorais e os professores com as comunidades da região, eles encontraram alguma dificuldade em mobilizar os atingidos, naquele primeiro momento. Na maior parte dos casos, a organização comunitária, previamente existente, baseava-se em relações hierarquizadas, em que o “presidente da comunidade” ou diretor da capela, mesmo quando indicado pela comunidade, centralizava as decisões sobre os problemas e eventos comunitários. Os entrevistados confirmam que os membros de uma comunidade não costumavam sentar para

³ Sobre o processo de surgimento (1964/1973) desenvolvimento (1974/1980) e crise (1982/1985) da Igreja popular, no Brasil, ver Mainwaring, 1989, p.82-282.

discutir ou decidir nada antes de ter início o “movimento das barragens”.

Havia, ainda, uma segunda dificuldade: os agricultores recusavam-se a acreditar na veracidade das informações recebidas. Como dizia um dos líderes comunitários:

[...] o bicho não estava roncando na costa do rio. Se tivesse um tigre na costa do rio todo mundo ia ver [...] o bicho está longe, aí todos ficam desinteressados.

Mesmo assim, foi possível reunir cerca de 350 agricultores em Concórdia (SC), no dia 24 de abril de 1979, quando foi criada a Comissão Regional de Barragens (CR), composta por religiosos, sindicalistas e um professor da FAPES. Desde o início, porém, esta Comissão expressava a intenção de transformar-se em uma comissão regional de *atingidos*. Os relatórios e avaliações de atividades anuais mostram que até o final de 1984 a Comissão ainda encontrava dificuldades em incorporar agricultores atingidos.

Para muitos dos entrevistados, as causas da separação entre CRAB e atingidos, ou entre dirigentes e bases, remontam a estas origens. Como diz um dos dirigentes: “[...] a organização dos atingidos não surgiu da discussão dos atingidos, ela surgiu da discussão de fora dos atingidos [...]”, ou seja, “[...] um grupo que tinha mais informações” e que ia levá-las para as comunidades, visando envolver as pessoas na luta. Ainda hoje permanece a imagem de que “[...] a CRAB é os professores, aqueles que se formaram”. Como veremos, as diversas modificações na estrutura organizativa do movimento não foram suficientes para desmanchar esta imagem.

Nos primeiros anos da luta, a atuação da Comissão Regional foi marcada por um grande esforço de aproximação com a ELETROSUL, de modo a conseguir as mais elementares informações sobre as barragens. Foram feitos, ainda, contatos com especialistas e com os expropriados de Itaipu, cujos depoimentos podiam trazer esclarecimentos sobre um fenômeno tão desconhecido de todos, além de incentivar a resistência. Tinha início o processo de construção da identidade de “atingido” forjada no espelho de outras situações de barragem, no reconhecimento da divergência dos interesses do “outro” (a ELETROSUL) e na diferenciação frente às outras lutas no campo.

Além da busca de informações, o trabalho da Comissão procurava construir uma visão crítica dos critérios e valores das indenizações, único direito garantido por lei. Plantava, ainda, as primeiras sementes de direitos insurgentes: a troca de “terra por terra” e o reassentamento das

famílias de agricultores sem título de propriedade. Já em 1980, uma ampla reunião de atingidos, em Concórdia, aprovava o Manifesto dos Agricultores do Alto Uruguai Gaúcho e Catarinense, que questionava a indenização em dinheiro e reivindicava a troca de “terra por terra” e/ou reassentamentos, sob a responsabilidade da ELETROSUL.

A preocupação em criar canais de participação das bases levou à formação apressada de Comissões Locais (CL), aproveitando-se, em parte, a estrutura comunitária já existente nas “linhas”.⁴ Em reunião ocorrida em dezembro de 1980, a CR decidiu que as CL seriam formadas por “pessoas de base”, o que implicava a exclusão de políticos, representantes de partidos ou outras entidades. Enfatizava-se a escolha de pessoas já destacadas como lideranças comunitárias (ligadas à paróquia) ou sindicais.

As CL são, ainda hoje, a célula mínima da estrutura organizativa da CRAB e eram, àquela época, idealizadas como a instância máxima de decisão. À CR caberia “coordenar, respeitar e fazer valer as decisões de base” (ata de 3/12/80). Para ser forte, a CR deveria ser representativa das CL. Na prática, porém, a maior parte das CL servia mais como espaço de participação comunitária, para a construção da “sociedade nova” é, menos, do que para a constituição das bases sólidas do Movimento dos Atingidos por Barragens.

Também aqui se encontra um dos fatores apontados como causa orgânica da separação entre dirigentes e bases. A ambigüidade das CL, local de encontro de cristãos e de atingidos, embaralha os limites das identidades que se superpõem. Muitas das lideranças locais do Movimento são, aos olhos dos atingidos, mais facilmente identificadas com a paróquia do que com a CRAB, ou MAB/CRAB.

Procurou-se formar, ainda, as Comissões Municipais (CM), que deveriam ser constituídas por representantes das CL. No entanto, as CM, conforme concebidas pela CR, apareciam como uma forma de organização desconhecida dos colonos, o que muito dificultou - e ainda dificulta - sua implantação.

Além disso, havia o problema das comissões criadas por decreto municipal. Os membros da CR fizeram uma manifestação de repúdio a este fenômeno que se multiplicava, em função da disputa entre as forças políticas pela direção do movimento dos atingidos.

Podemos dizer, portanto, que nos dois primeiros anos, a estrutura da

⁴ As “linhas” são estradas ao longo das quais se organizam as pequenas propriedades e uma área comum onde se constrói a estrutura comunitária: capela, escola, cancha de bocha, clube ou salão paroquial, campo de futebol e a “bodega”.

Comissão Regional (CR) limitava-se às Comissões Locais e a um pequeno número de Comissões Municipais (ver organograma no anexo 1).

Em 1981 foi criada uma *Secretaria* para cuidar da correspondência, comunicações e elaboração de panfletos para reflexão nas comunidades. Muitas são as referências, porém, à superposição das funções da Comissão e da Secretaria, e isto se explica pela própria composição e funcionamento destas instâncias. O Secretário Geral era um assessor, o professor Raimundo Pedrosa, da FAPES, que exercia sua função em Erechim. Os outros componentes da Comissão, inclusive seu presidente (um sindicalista), vinham de outros municípios para as reuniões e, logo depois, retornavam a seus lugares de origem. Isto facilitava a concentração das atividades nas mãos do Secretário-Geral, que “[...] manejava com todo o eixo da roda”, como afirma uma liderança com doze anos de militância, por ocasião da entrevista.

Sob a influência dos princípios da Igreja popular, predominava uma concepção de organização que dava à Comissão/Secretaria um caráter de “serviço”, atendendo em meio expediente no seu escritório. O *Movimento* definia-se pela atuação local de lideranças comunitárias mais aguerridas, ou pelo trabalho de agentes pastorais. A *organização* (Secretaria + Comissão) dava apoio e incentivo a estas iniciativas esparsas, sem preocupar-se em criá-las, onde inexistiam, ou em promover discussões e ampliar a participação das bases.

Resultou daí um movimento difuso e desarticulado, capaz de promover algumas manifestações político-religiosas locais, como protestos e romarias, em proporções insuficientes, no entanto, para sensibilizar a ELETROSUL, que seguia ignorando a existência dos atingidos e de suas reivindicações. Mas, isso começa a mudar a partir de 1983.

Nascem a CRAB e o grito de guerra: “Terra sim, barragem não” (1983/1985)

Diante da indiferença da ELETROSUL, a tensão entre os atingidos torna-se insustentável, configurando-se um clima de crescente repúdio ao plano da empresa. Este sentimento manifesta-se na Romaria da Terra, cujo tema foi “Águas para a vida e não para a morte” (fevereiro de 1983). Também foi esta a tônica do I Encontro Interestadual de Barragens do Alto Uruguai (junho de 1983).

Reforça-se a visão de mundo divulgada pela Igreja popular para quem as barragens, filhas do “mal maior”, o capitalismo, deveriam ser exorcizadas. É a partir desta concepção que os agentes pastorais vão incentivar a “política da recusa”, que nega o inimigo em vez de dar visibi-

lidade às contradições implícitas nas relações sociais vivenciadas pelos agricultores (Navarro, 1990). Esta recusa se expressa no grito de guerra "Terra sim, barragem não", marca do Movimento entre 1983 e 1985.

O Movimento corria à frente da *Organização*, o que impunha algumas mudanças na estrutura organizativa. Em dezembro de 1983 foi criada uma *Comissão Executiva*, composta da seguinte forma: 2 atingidos, 2 componentes da Comissão inicial, alguns assessores, um diretor de sindicato (STR) e um agente da CPT. Estava constituída a *Comissão Regional de Atingidos por Barragens* (CRAB), formada, agora, por representantes de cada "região" que, naquele momento, correspondiam apenas aos municípios da área afetada pelas duas primeiras barragens: Machadinho e Itá. Ainda não se considerava a bacia do rio Uruguai como um todo ou a totalidade do projeto, àquela época com 25 barragens planejadas. Com estas mudanças o organograma fica diferente (ver anexo 2).

O repúdio oficial ao projeto vai expressar-se no cabeçalho do abaixo-assinado para o qual a CRAB conseguiu a adesão de 1.016.000 (um milhão e dezesseis mil) assinaturas! Lançada pelo boletim do movimento de março de 1984, a campanha do abaixo-assinado marca a redefinição dos rumos do Movimento, reforçando o "NÃO ÀS BARRAGENS".

Estas mudanças manifestam-se em dois níveis: a) na tentativa de ampliação do leque de interlocutores, que passam a ser procurados nas instâncias federais (junto ao Ministério das Minas e Energia e Câmara dos Deputados); b) na necessidade de novas modificações na estrutura organizativa do movimento para torná-lo mais coeso em torno do "não".

No que diz respeito à atuação em nível federal, representantes da CRAB reivindicavam a suspensão das obras e a formação de uma Comissão Paritária para rever a totalidade do Plano de Aproveitamento Hidrelétrico da Bacia do Rio Uruguai. Exigiam, ainda, propostas alternativas para a produção de energia elétrica. Ameaçaram impedir o prosseguimento das obras até a conclusão dos trabalhos da Comissão Paritária. Apesar do significativo apoio às suas reivindicações, conseguiram apenas uma promessa verbal de suspensão do projeto, o que não teve nenhum efeito prático. As obras continuavam a todo vapor.

Ameaçar com a paralisação forçada das obras tinha sido mais fácil do que realizá-la de fato. Mais do que nunca era preciso solidificar a direção do Movimento para garantir a paralisação das obras. Novas modificações organizativas são introduzidas. Em 1984, aparece, pela primeira vez, uma referência à "Coordenação" que, ao que tudo indica, pouco consegue diferenciar-se da "Executiva". Verificava-se que, apesar das intenções de mudança, ainda permanecia um grande abismo entre a "Executiva/Coor-

denação" e o trabalho junto aos atingidos, devido ao monopólio das informações, decisões e infra-estrutura nas mãos de "um homem só" o que, por sua vez, criava uma relação de dependência nos encaminhamentos práticos nas comunidades. Tal como se apresentava, portanto, a estrutura organizativa da CRAB mostrava-se incapaz de garantir a unidade do Movimento em torno do "não". A falta de mediações entre direção e base causava rupturas na construção da representatividade.

Para garantir o "NÃO ÀS BARRAGENS", era preciso delinear com maior precisão os limites entre a Executiva e a Coordenação. A "Executiva" deveria ser ampliada de modo a incorporar um maior número de agricultores atingidos, tornando-se mais representativa. Era necessário instituir, claramente, um *grupo dirigente*, responsável pela direção política e pela definição dos objetivos do movimento, e um *grupo de lideranças* treinado para acompanhar as reuniões no interior e atuar como mediação entre direção e bases. Além disso, era impossível continuar priorizando a região atingida por Itá e Machadinho enquanto proliferavam acontecimentos e manifestações nas áreas afetadas por outras barragens. Fazia-se necessário incorporar muitos outros municípios à estrutura da CRAB.

Em março de 1985, a Executiva reuniu representantes de 24 municípios, em Erechim, desencadeando o processo de reestruturação ampliada da CRAB (que aparece como CRABA), complexificando o organograma (ver anexo 3). A partir de 1985, portanto, a CRAB deixa de abranger apenas os municípios atingidos pelas duas primeiras barragens. Ela vai constituir-se, agora, de quatro comissões regionais, às quais vai juntar-se mais uma em 1986: a Região 5 (Missões ou Garabi e Roncador).

A identidade da CRAB passa a ser entendida como o conjunto das regiões organizadas, envolvendo cerca de 80 municípios do Rio Grande do Sul e Santa Catarina (*Nossa história em debate*, p.12). É interessante notar que, com a incorporação das outras regiões, onde, muitas vezes, predominam municípios de colonização alemã, as comunidades protestantes se fazem cada vez mais presentes. A Igreja Católica passa a dividir sua influência com a as igrejas protestantes, especialmente a IECLB.

Com esta ampliação da CRAB para toda a bacia do rio Uruguai, ocorre o que Faillace chama de "homogeneização de diferentes situações de barragens", quebrando a tradição dos movimentos de barragens de se organizarem e construir uma identidade própria a partir da singularidade da situação criada por cada obra (Faillace, 1989).

As regiões da CRAB constituem-se de coordenações regionais, sendo importante notar que os coordenadores foram escolhidos pelos mem-

bros da CR original, seguindo os mesmos critérios de sempre: pessoas ligadas à Igreja ou ao Sindicato. A Executiva é formada por um representante de cada região e incorpora, agora, um maior número de agricultores atingidos, escolhidos entre os coordenadores regionais. Durante o ano de 1985, realizam-se “assembléias regionais”, cujos resultados são relatados nas reuniões da Executiva, em Erechim, e revelam, de fato, uma relativa autonomia na atuação das lideranças nas diferentes regiões. A Região 1, que nos interessa mais de perto, passa a ter um “liberado” (militante remunerado) para cada barragem (Itá e Machadinho) para desenvolver o trabalho de organização das CL.

É neste ponto que alguns entrevistados identificam mais uma das causas que perpetuam a separação entre dirigentes e bases. Originária da estrutura organizativa da Igreja Católica, a figura do “liberado” foi incorporada pelos movimentos sociais. Trata-se do problema da “profissionalização na questão da organização popular”, como diz um líder. Refere-se aos militantes profissionais pagos para desenvolver este trabalho, sem ter que depender do trabalho da roça, como a grande massa dos atingidos, o que aprofunda o abismo entre a composição social dos grupos dirigentes e aquela das bases (lideranças municipais, locais e militantes). Além do mais, isto possibilita a concentração de saber nos níveis de direção, bem como das oportunidades de amadurecimento e crescimento político, reforçando a diferenciação também na capacidade de decisão e, principalmente, de persuasão. Aqui surge a grande contradição: como socializar o saber sem a socialização das condições de desenvolvê-lo?

Foi naquele momento da reestruturação ampliada da CRAB (1985/1986), que se incorporaram à organização alguns jovens ligados à PJ (Pastoral da Juventude) ou à PJR (Pastoral da Juventude Rural). Dentre os novos componentes destaca-se um grupo de quatro jovens que vão desempenhar um papel decisivo na reorganização da CRAB e na mobilização dos atingidos. Trata-se de três jovens agricultores atingidos (Nilo Brandt, Ricardo Montagner e Mauro Postal) e um ex-aluno da FAPES (Luiz Dalla Costa).

Segundo seus próprios depoimentos, na fase de aprendizado eles estabeleceram uma relação de obediência e mando com o “homem que manjava o eixo da roda” (o professor Raimundo Pedrosa). Em breve, porém, vai manifestar-se a insatisfação dos jovens com o fato de só fazerem “[...] aquilo que era direcionado [...]” e começam a se questionar: “Por que nós não podemos participar na hora da discussão e não apenas na execução?” Iniciam-se os enfrentamentos pela abertura de espaços de

participação ativa na Executiva e na Secretaria o que, pelo que indicam os depoimentos, foi um processo bastante difícil.

A reestruturação de 1985, com a incorporação de outras regiões e de novas lideranças, não consegue, em si mesma, fazer frente às ameaças que rondavam o Movimento e a Organização. Além das limitações impostas pela centralização do poder na estrutura organizativa da CRAB, as dificuldades também decorriam das contradições inscritas na radicalidade do “NÃO ÀS BARRAGENS”.

Se, por um lado, os dirigentes da CRAB negociavam com o Ministério das Minas e Energia a formação da Comissão Paritária, por outro, os agricultores dividiam-se entre os que procuravam garantir o “não” através da “ação direta”⁵ nas comunidades, e aqueles que procuravam soluções individuais, negociando com a ELETROSUL a sua indenização. Intensificou-se a ação das colonizadoras junto aos atingidos mais próximos ao canteiro de obras da barragem de Itá. Jornais e rádios divulgavam notícias de “blecautes” em uma crescente campanha de alerta contra o inevitável caos decorrente da falta de energia elétrica. As forças dominantes locais (prefeitos, diretores de cooperativas, etc.) começavam a articular-se em comissões pró-barragens, assumindo a postura de porta-vozes dos interesses dos atingidos.

Mais importante, porém, é que a “política da recusa” reafirmava o direito à permanência na terra e confirmava a identidade de pequeno produtor. Ao negar as barragens, negava, ao mesmo tempo, a identidade de atingido. No complexo processo de seu constante fazer-se e refazer-se, a identidade de atingido, fragilmente construída até então, se diluía, levando de roldão a própria representatividade dos dirigentes e lideranças da CRAB. As bases sociais do Movimento se dispersavam, sendo facilmente cooptadas pelas forças favoráveis à implantação do projeto.

Diante desse quadro, era impossível negar as crescentes dificuldades em manter a coesão do movimento em torno do “não”, o que criava as condições para um redirecionamento do Movimento no sentido da negociação. Como bem expressa uma das mais antigas lideranças:

[...] então a gente entendeu que se a gente quisesse continuar sendo movimento de referência da região para os atingidos, nós tínhamos que puxar propostas de negociação.

⁵“Ação direta” é a expressão com que os colonos se referem às formas de luta locais que, geralmente, consistem em ocupar os escritórios da ELETROSUL, paralisar obras e enfrentar/sequestrar os técnicos da Empresa ou das empreiteiras por ela contratadas.

A nova correlação de forças que se configurava com a composição do governo Sarney também contribuía para vislumbrar possibilidades de entendimento. A própria composição dos quadros dirigentes e técnicos da ELETROSUL abria espaços para posições simpáticas e solidárias à causa dos atingidos.

DA “CRAB/SERVIÇO” À “CRAB/MOVIMENTO” (1986/1988)

Os impasses trazidos pela radicalidade do “não” convidavam a rever posições e a reestruturar a organização. Vindos do centro urbano-industrial do País, os princípios e fundamentos do “sindicalismo combativo” já ecoavam na região.⁶ Antes mesmo de começarem a ser divulgados pelas Escolas Sindicais, instaladas a partir de 1986, sua influência já se fazia sentir sobre alguns jovens, lideranças intermediárias da CRAB, que começavam a sonhar com a transformação da “CRAB/serviço” em “CRAB/movimento”, um movimento inspirado no modelo de organização e luta do “sindicalismo combativo”.

Em termos de organização este modelo pressupunha a hierarquização das instâncias de participação (dirigentes, lideranças, base e massa), com ênfase no egajamento e mobilização das bases. Como tática de luta pregava a “política do confronto”: incentivar as lutas específicas para mobilizar os agricultores em torno de palavras de ordem estratégicas como a “luta pela Reforma Agrária”, “por um governo dos trabalhadores” e assim por diante (Navarro, 1990).

Mas, a transformação da CRAB em “movimento” e sua adesão à “política do confronto” iriam requerer um grande esforço. Muito havia sido investido na construção do repúdio ao projeto. Seria impossível, portanto, modificar aquela postura de uma hora para a outra. Ao contrário, no momento de retomada do diálogo com representantes do Estado, o “não” se erguia como resistência à nova orientação dos dirigentes que, aos olhos dos colonos engajados na “ação direta”, aparecia como um recuo.

A própria debilidade da estrutura organizativa, ainda marcada pela centralização de informações e de poder, representava um obstáculo para o redirecionamento rumo às negociações. Faltavam mecanismos de ar-

⁶ Um dos entrevistados assim resume o modelo de “sindicato combativo”: a) um sindicato que lutasse para ter democracia sindical no nível da direção e que esta trabalhasse com as bases; b) um sindicato que tivesse um programa de formação de seus dirigentes e das bases; c) um sindicato que tivesse participação da base e não fosse de cúpula; d) um sindicato que tivesse movimentação e mobilizações com a participação das bases.

ticulação vertical e horizontal das diversas instâncias regionais, municipais e locais da organização. Era preciso encontrar uma forma que facilitasse este intercâmbio e o maior envolvimento das bases.

Institui-se, então, a Assembléia Geral que, no início de 1986, reuniu entre 40 e 50 líderes de cada região, com a função de desenvolver a direção política do Movimento, pensar formas de articulação das regiões e fazer o planejamento anual. Com a instituição da Assembléia Geral e a incorporação da Região 5, temos um novo organograma (ver anexo 4).

Cabia à Assembléia Geral referendar os representantes que compunham as coordenações regionais e confirmar os nomes da Executiva. Os dirigentes descartam a hipótese de ser pouco democrático o processo de escolha dessas lideranças regionais. Argumentam que, por definição (exceção feita aos assessores), são líderes locais ligados às igrejas ou ao sindicato e, portanto, já têm o aval das comunidades. Deste modo, se os critérios de indicação para a estrutura das CL submetem-se às regras previamente vigentes nas comunidades (indicação pelos membros da comunidade), na constituição das Comissões Municipais e Coordenações Regionais o processo é mais seletivo (indicação pelos dirigentes). Garante-se, assim, a inclusão de líderes mais afinados com a “linha progressista”.

De qualquer maneira, a instituição da Assembléia Geral, em 1986, reflete um momento de profundas modificações e ampliação de espaços de participação e decisão. Não por acaso, alguns dirigentes acreditam que foi a partir de então que o Movimento passou a existir realmente!

No contexto da nova conjuntura, o ano de 1986 traz outro fato importante para os atingidos do Alto Uruguai: as portarias 86 e 87 (23/1/86) do Ministério das Minas e Energia criam os Grupos de Trabalho para estudar os impactos da construção das barragens de Itá e Machadinho, com a participação de representantes da CRAB. Embora atendessem apenas em parte a reivindicação inicial,⁷ as portarias representavam a grande oportunidade de retomar as negociações com a ELETROSUL.

A criação dos GTs equivalia, ainda, à primeira admissão oficial da existência do projeto, o que consolidava a credibilidade da CRAB junto às bases e facilitava a quebra da resistência dos adeptos do “não”. Isto era fundamental no momento em que se fazia necessária uma ampla consulta aos atingidos, não apenas quanto à validade da participação nos GTs, mas

⁷ Por ocasião da entrega do abaixo-assinado ao Ministro das Minas e Energia, uma das principais reivindicações era a formação de uma Comissão Paritária para estudar a possibilidade de revisão do Plano de Aproveitamento Hidrelétrico da Bacia do Rio Uruguai como um todo e não apenas em relação às duas primeiras barragens.

também com relação às propostas e reivindicações a serem negociadas.

Estas necessidades encontravam eco na concepção de organização e de movimento defendida pelos quatro. Acreditavam que o papel da organização (CRAB) não deveria limitar-se a um “serviço” de informações ou ao mero incentivo de iniciativas tomadas por lideranças locais. Ao contrário, era preciso ter “[...] iniciativa de movimento, de ir para as comunidades, mobilizar o pessoal, e responder à conjuntura”. Discordavam, ainda, dos critérios de escolha dos líderes locais para participarem da Executiva. Pregavam uma escolha mais “qualificada”, ou seja, não bastava estar ligado à Igreja ou ao STR e ter vontade de militar, mas deveria ser um líder capaz de extrapolar a visão de mundo local, estendendo sua ação no âmbito do município e da região.

Mais do que nunca era preciso reafirmar um coletivo de *dirigentes* e um grupo de *lideranças* preparadas para o trabalho de *organização das bases*. A formação dessas lideranças foi, em grande parte, assumida pelas escolas sindicais, instaladas a partir de 1986, reforçando o modelo da nova estrutura organizativa, inspirado no “sindicalismo de combate”. O afastamento do Secretário Geral, que se ausentou de Erechim no início de 1986, também contribuiu para a implantação das mudanças. Sob a condução dos quatro jovens, inicia-se o processo de transformação da “CRAB/Serviço” em “CRAB/ Movimento”.

Nesta perspectiva, foram promovidos: a) uma “rodada” de 180 reuniões nas comunidades atingidas, envolvendo cerca de 6.500 pessoas, e b) duas assembléias de representantes municipais. Destes encontros resultaram documentos contendo as principais reivindicações dos atingidos pelas barragens de Machadinho e de Itá. Em junho de 1986, 185 lideranças da R 1, reunidas em Getúlio Vargas (RS), sistematizaram as duas listas de reivindicações nos 39 pontos que compunham o “Documento de Getúlio”, ponta de lança do Movimento desde então.

O aspecto mais importante deste processo de organização das bases, porém, está na reconstrução da identidade de atingido. Uma reinterpretação do significado das hidrelétricas, no conjunto dos fenômenos que ameaçam o homem do campo de expulsão, vai inspirar uma ação político-educativa que, sem ignorá-las, procura construir a identidade dos atingidos a partir do solo ontológico de sua atividade produtiva. Os “marcos” passam a coincidir com o tamanho da propriedade a ser alagada e se definem pelas relações de produção, nas quais o trabalho familiar é explorado e subordinado, e as formas de sociabilidade são moldadas.

Por um lado, este conceito de propriedade restringe o número de proprietários considerados atingidos, pois só inclui aqueles que têm lo-

tes até 50 hectares. Por outro lado, o significado da categoria atingido se expande quando abriga um sentido ampliado de propriedade que, ao incorporar a dimensão social, rompe com os limites do seu significado jurídico e patrimonialista. O “atingido proprietário” se identifica pelo direito à indenização, previsto em lei, e pelo direito insurgente de participar no processo de definição dos valores que, sob a ótica do trabalho, redimensiona a restrita avaliação patrimonialista dos técnicos. Isto caracteriza um trabalho contra-hegemônico, de recusa da ideologia dominante e de criação de novas representações.

O significado da propriedade se amplia ainda mais quando passa a incorporar também a sua negação: o sem-terra, definido não pela ausência do título de propriedade, mas pelas relações de trabalho (meeiro, parceleiro, arrendatário). Na esteira da construção da identidade do “atingido sem-terra”, segue-se o longo e difícil processo pedagógico que ensina a criar direitos inéditos e a lutar pela sua afirmação e conquista.

Mesmo divididos em “proprietários” e “sem-terra”, os agricultores se reconheciam na identidade de atingido, que reunificava as bases do Movimento naquele momento. Vemos que, além de ter promovido a homogeneização das diferentes situações de barragens na bacia do rio Uruguai, a CRAB conseguia unificar as diferentes situações de atingidos.

Aproveitando a oportunidade das reuniões, foram “descobertas” lideranças que pudessem compor uma nova instância intermediária da organização regional (R1): o *Grupo dos Quarenta*. Uma lista dos componentes deste grupo vai conter nomes de ministros da eucaristia e servidores,⁸ bem como de sindicalistas, que desempenharam um importante papel na mediação das mobilizações de 1986 e 1987. Nas outras regiões, estes grupos intermediários constituem-se em ritmos diferenciados, em sintonia com a maior ou menor proximidade do “[...] ronco do bicho na costa do rio”. As diferentes necessidades e ritmos de cada situação de barragem não chegavam a ameaçar a unidade forjada na articulação das cinco regiões.

A ampliação de espaços participativos, no interior da nova estrutura da organização, está associada, de um lado, à necessidade de manifestações e de pressão, criada pelo início da fase de negociações e, de outro, pelo agravamento das dificuldades de reprodução das condições de vida dos trabalhadores rurais. A crise econômica mostrava seu lado mais perverso, impulsionando a mobilização dos trabalhadores rurais em

⁸ Ministros e servidores são “padres leigos” que passaram pelo “Curso de Servidores”, organizado pela Diocese de Erechim visando à formação de lideranças comunitárias.

todo o País e a deflagração da Luta Nacional pela Reforma Agrária. É aqui que se evidencia o alinhamento da CRAB com as orientações do “novo sindicalismo”. De forma articulada com os outros movimentos de trabalhadores rurais, no Alto Uruguai, participou da promoção das grandes mobilizações de 1986 e 1987. É preciso lembrar, ainda, que vivíamos as contradições do “tudo pelo social”, do Governo Sarney, o que criava um clima propício para as grandes mobilizações.

Estes fatores possibilitaram um grande avanço na capacidade da CRAB de mobilizar os atingidos em torno de suas propostas, de legitimar sua representatividade e capacidade de “dar a direção política” do Movimento. Tal legitimidade ficou comprovada pelo sucesso nas negociações e assinatura do acordo de 1987, conquistada no contexto da ruidosa manifestação de todos os movimentos rurais, em Erechim, em julho daquele ano. É interessante notar que a grande conquista do Movimento se dá no momento em que a identidade de atingido, reafirmada pelo trabalho de base das lideranças, se reconhece na síntese da identidade de classe que uniu os agricultores do Alto Uruguai, nas mobilizações de 1986 e 1987.

O sucesso do trabalho dos dirigentes da CRAB se expressa não apenas nos termos das conquistas impressas em um documento.⁹ Reflete-se, também, no reconhecimento oficial, pela ELETROSUL, da legitimidade da CRAB como porta-voz dos atingidos, o que só ocorreu às vésperas da assinatura do Acordo, muito depois, portanto, do reconhecimento do próprio Ministério das Minas e Energia!

De fato, pode-se dizer que, neste período, ao menos no que diz respeito à R1, CRAB e Atingidos, ou melhor, direção e base, conseguiram sintonizar objetivos e formas de luta. Como diz um dos dirigentes: “Direção política não é você mandar fazer. Direção política é os fatos acontecerem na direção que você está conduzindo”. A seu ver, esta sintonia se fazia sentir, também, na autonomia dos atingidos para organizarem as “ações diretas”.

As formas de luta regional e local variam bastante, sendo livremente escolhidas pelas lideranças locais que, só depois de executá-las, apelam para os dirigentes para ajudá-los a transformar a ação em um fato político. Na visão de um dos membros do Grupo dos Quarenta, há uma complementariedade entre as assembléias, mobilizações e negociações pro-

⁹ O acordo com a ELETROSUL, em outubro de 1987, oficializava a grande conquista que garantia aos atingidos a opção por uma dentre três soluções possíveis: indenização em dinheiro, troca de terra por terra e reassentamento, para proprietários e não-proprietários. Além disso a empresa se comprometia a não iniciar nenhuma obra dentro do rio sem antes solucionar a questão social.

movidas pelos dirigentes (eles) e as ações levadas a efeito pelas lideranças municipais e locais (nós).¹⁰

Há, no entanto, quem interprete de forma diferente. Para outro dos líderes municipais, as ações diretas representam, sim, atos isolados que expressam uma insatisfação com a ineficácia das “formas bem comportadas” de luta, encaminhadas pela direção. Estas jamais surtiriam o efeito desejado, nem obteriam ganhos concretos, sem o “empurrão” destas ações mais radicais. E isto estaria a indicar não uma sintonia entre a direção da CRAB e os atingidos, mas um “curto circuito” na ligação. Alguns entrevistados vêem aí uma das dificuldades na relação da direção com as bases do Movimento. Aliás, a principal contradição deste modelo está, justamente, na constante tensão entre sua concepção hierarquizada e a necessidade de impulsionar a democracia de base.

De qualquer maneira, é impossível negar a sintonia entre Organização e Movimento neste período e, segundo um dos dirigentes, isto resulta da combinação de alguns elementos intencionalmente construídos: a elaboração de propostas convincentes, garantia de que toda decisão passe pela discussão e avaliação geral da população; o constante exercício da honestidade e da coerência (“não se vender”); a certeza da veracidade das denúncias trazidas a público; a arte de criar a oportunidade política e o clima propício para o envolvimento dos atingidos; o incentivo à “ação direta”, fortalecendo tanto a autonomia da atuação das bases como a confiança no apoio da Organização e nos rumos que imprime ao Movimento.

Estas “normas do bem dirigir”, dignas do “moderno príncipe” (Gramsci, 1978), denotam o desejo de uma nova ética política, cuja prática é impedida, em grande parte, pela contradição do modelo organizativo, acima apontada. Ela vai evidenciar-se, mais uma vez, na luta pelo cumprimento do Acordo.

MÚLTIPLAS IDENTIDADES NA LUTA PELO CUMPRIMENTO DO ACORDO (1987/1990)

Os dirigentes da CRAB sabiam que o Acordo, mesmo escrito e assinado, era só “mais um papel” que iria exigir muita mobilização e pressão para que se fizesse valer (conforme os discursos de dois líderes ru-

¹⁰ A dicotomia “eles”/“nós” é um dos traços mais marcantes no discurso das lideranças e dirigentes referindo-se, indiferenciadamente às lideranças e aos atingidos, dependendo do ponto de vista de quem fala.

rais do Alto Uruguai, Adão Pretto e Ivar Pavan, na cerimônia de assinatura do documento).

Mais do que o tradicional e conhecido descaso das agências governamentais pelos problemas sociais criados pela implantação dos projetos, desta vez o cumprimento do Acordo esbarrava em dificuldades de outra natureza. Os ventos neoliberais já se faziam sentir na crise do Estado e do modelo de desenvolvimento baseado nos grandes projetos, provocando o adiamento da maior parte dos cronogramas de obras. Os efeitos da reordenação da economia mundial sobre os rumos do desenvolvimento do capitalismo no Brasil vão interferir na atuação das agências estatais, dentre as quais a ELETROSUL.

Logo após a assinatura do Acordo, a ELETROSUL envia carta à CRAB informando que não teria condições de cumprir o prometido, na área de Machadinho. A crise impunha opções e, neste caso, a ELETROSUL priorizou a barragem de Itá. Acredita-se que a escolha se deu por dois motivos principais: a) em Itá, cidade a ser inundada pelo lago, o Movimento estava dividido e a empresa podia contar com o apoio dos atingidos da área urbana; b) a construção da Nova Itá já havia se constituído no grande cartão de visitas da ELETROSUL, que alardeava a excelência do tratamento dispensado aos atingidos. Isto levou à retomada do “não” na área de Machadinho, o que acabou por desdobrar a história da R1 em duas: a luta pelo “*Machadinho nunca mais*” e a luta pelo cumprimento do Acordo para os atingidos pela Barragem de Itá. As diferenças se impunham dificultando a homogeneização das diversas situações de barragem.

Por sua vez, a luta dos atingidos de Itá vai subdividir-se em duas vertentes: uma retoma a discussão dos valores das indenizações e a outra busca a implantação dos assentamentos para os “atingidos sem-terra”. As diferentes situações de atingidos passam a exigir encaminhamentos próprios provocando um processo de desconstrução da identidade de atingido. Se, na luta pelo Acordo, as adjetivações acopladas ao termo atingido tinham um sentido fraco, agora ocorre uma inversão. A identidade de atingido vai perdendo sua força frente ao peso do ser “proprietário” e do ser “sem-terra”. Isto para não mencionar as outras situações de atingido, de natureza mais conjuntural, que surgem com o decorrer da luta pelo cumprimento do Acordo: o “atingido direto” tem problemas diferentes do “atingido indireto”; os atingidos que já foram indenizados, e instalados em outro lugar, voltam para tentar rever o que consideram ter sido um “mau negócio”; o “atingido caso pendente” requer atenção especial para que não se rompa a cadeia da negociação seqüencial, uma das grandes conquistas do Acordo; e assim por diante.

Uma das hipóteses daqueles que procuram explicar as dificuldades na relação direção/base é que os dirigentes não estariam sabendo trabalhar a diversidade das situações de atingidos. Às vezes prevalecem os interesses dos pequenos proprietários e a CRAB é identificada como a organizadora de uma luta por indenizações justas que garanta a reprodução da condição de pequeno produtor. Ao mesmo tempo, porém, aparece como promotora de uma luta pela terra para quem não tem terra, com um discurso socializante, que fala em produção coletiva, em alternativas de plantio e de comercialização, em engajamento na luta mais ampla pela Reforma Agrária. Na prática, porém, não consegue impedir que os técnicos da ELETROSUL ameacem a representatividade da CRAB, quando ocupam preciosos espaços na organização dos reassentamentos e dos agricultores na sua nova situação de pequenos proprietários, “ex-atingidos”, portanto. Há, ainda, os atingidos em potencial, os quais podem impedir a implantação do projeto. Diante destes, a CRAB apresenta uma proposta de luta pela “reforma energética” e desenvolvimento de alternativas para a produção de energia elétrica que evitem os impactos dos grandes projetos. Assim, separados em diversos sujeitos sociais, os atingidos não estariam conseguindo construir uma identidade em torno de uma mesma luta, e os dirigentes não estariam sabendo fazer a síntese.

Cabe aqui um parêntese para lembrar que os dirigentes da CRAB não foram os únicos a ver suas bases se estilhaçarem em uma heterogeneidade de situações pouco propensas a se submeter à homogeneidade de uma identidade única. Os sindicatos de trabalhadores rurais também passaram a defrontar-se com a fragmentação de suas bases na medida em que as transformações nas relações de produção no campo trazem a realidade da diversificação dos trabalhadores rurais em tipos sociais tão diferentes quanto a variedade de produtos: suinocultores, produtores de leite, fumicultores, sericicultores e assim por diante. Além disso, os efeitos da recessão, do arrocho salarial, do corte de recursos e benefícios sociais multiplicam as necessidades e os interesses específicos.

Foi esse contexto que provocou não apenas o fechamento das escolas sindicais, mas também profundas mudanças nos processos de formação de lideranças. Assumida pelas “instâncias” (cada movimento ou sindicato), a “formação técnica” vai enfatizar a capacitação para o encaminhamento das lutas específicas, em sintonia com as novas tendências que, no CONCURTO de 1991, vão materializar-se na campanha POR UMA VIDA MELHOR.

As necessidades imediatas e a luta “por uma vida melhor”, passam

a ser vistas como mais fecundas para a visualização das contradições. O cotidiano aparece como espaço privilegiado para a construção de novas práticas e uma nova cultura política democrática. O dogmatismo político dos ensinamentos das escolas sindicais dá lugar à assessoria de especialistas que orientam as reivindicações específicas.

O fenômeno da diversificação das necessidades e da dispersão das bases da CRAB é simultâneo, portanto, a uma série de outros elementos conjunturais que extrapolam as especificidades do Movimento.

As dificuldades surgidas com a proliferação de interesses e necessidades diferentes, no entanto, somam-se os renitentes problemas da estrutura organizativa da CRAB que, ao que tudo indica não se restringem à relação direção/base. A divisão da R1 em lutas diferentes acabou por ressaltar os limites daquela estrutura para promover a integração e articulação das regiões e das diferentes facetas que a luta passara a assumir. Na tentativa de encontrar soluções, a IV Assembléia, realizada em março de 1989, aprovou uma nova proposta de reestruturação (ver anexo 5).

O início da pesquisa encontrou os dirigentes e lideranças da CRAB às voltas com o desafio de implantar a nova forma de organização, o que aparecia como tarefa nada fácil, em virtude da dificuldade que as lideranças intermediárias encontravam na compreensão do novo organograma. Foram muitos os problemas, tanto assim que a Plenária Geral, realizada em Chapecó, nos dias 26 e 27 de maio de 1990, rediscutiu a proposta sugerindo adaptações às diferentes realidades.

Outra discussão importante que permeou o debate sobre a reestruturação foi a questão da sustentação financeira do Movimento. Se as verbas conseguidas através de projetos enviados a entidades de cooperação internacional bastavam para manter a estrutura restrita da Organização, não mais se mostravam suficientes para bancar as despesas de uma estrutura ampliada.¹¹ Soluções neste sentido se faziam urgentes, sob o risco de ameaçar a própria sobrevivência da CRAB.

A implantação da nova estrutura das CL foi, portanto, acompanhada de encaminhamentos para a organização de roças comunitárias ou outras formas de cooperação solidária entre os membros da comunidade. As poucas experiências iniciadas por esta ocasião tiveram fôlego curto, em virtude do pequeno envolvimento das comunidades, o que já anun-

¹¹ Problemas causados pela administração dos recursos, durante a gestão do antigo Secretário Geral, repercutiam naquele momento, dificultando a renovação do financiamento dos projetos.

ciava o processo de diluição da identidade de atingido e da representatividade da CRAB.

É impossível dizer, contudo, que a intenção da reestruturação não tenha sido das mais democráticas. Tinha como objetivo explícito descentralizar as informações e ampliar o poder de decisão, além de permitir o envolvimento de um maior número de atingidos em funções de responsabilidade e formas de organização solidária, em nível das CL. Percebia-se, porém, um certo descompasso entre a intenção e as práticas democráticas na metodologia do trabalho de base. Rápidas e com pautas longas, as reuniões locais permitiam pouco espaço para a intervenção dos participantes, quer nas discussões sobre a reestruturação quer sobre outros temas relativos ao encaminhamento da luta.

Na percepção de um dos atingidos que participava das reuniões na qualidade de “base”, era este o tipo de prática que reproduzia a imagem da CRAB como sendo “[...] os professores, aqueles que se formaram”, ou que se qualificaram de alguma maneira, quer seja na escola, quer seja na prática da militância remunerada. É isto que criava, ainda, uma relação de dependência, impedindo uma maior autonomia dos líderes locais. Quando perguntado por que as reuniões locais não aconteciam sem a presença dos “moços da CRAB”, um deles se justificou dizendo que o nível de escolaridade das lideranças locais não permitia: “... quem vem é o pessoal *executivo*, eles que sabem mais”.

Havia, também, o problema da representatividade da CRAB junto aos atingidos. Em muitas comunidades, a figura principal continuava a ser o líder local cuja ligação com a CRAB não chegava a ser percebida pela maior parte dos agricultores. Era muito comum, portanto, encontrarmos agricultores que, antes mesmo de saberem o que é a CRAB, já estavam alí sentados ouvindo um estranho discurso sobre a “reestruturação da CRAB”.

Mesmo assim, é inegável o processo de democratização pelo qual passou a própria Coordenação (antiga Executiva) que veio incorporando um número cada vez maior de agricultores atingidos. À medida que se foi institucionalizando, no entanto, acabou por constituir-se em um grupo bastante fechado que impunha limites rigorosos à participação de lideranças de outras instâncias, mesmo como meros observadores. A própria aprovação de novos integrantes passou a ser feita através de um ritual marcado por formas sutis de discriminação político-partidária. A organização resente-se, portanto, da falta de mecanismos de acesso aos níveis de direção, característica dos vícios herdados da estrutura original. Já não é mais um homem só, mas um grupo que “maneja com todo o eixo da roda”.

Também é digna de nota a redefinição da instância máxima de decisão. Percebe-se, ao longo dos anos, um deslocamento para a Assembléia Geral da função antes atribuída às CL. Isto parece ser mais realista tendo em vista que, na prática, as CL nunca tiveram condições de exercer plenamente o poder de decisão, exceção feita às questões mais imediatas. Os depoimentos insinuam um processo de consulta muito mais que de decisão: "...eles vêm ouvir e levam nossas propostas".

Por outro lado, são visíveis os limites do poder de decisão da Assembléia Geral. Em primeiro lugar, é a Coordenação quem define os temas e as propostas a serem discutidas, cabendo à Assembléia aprová-las ou não, sem muitas condições de propor teses alternativas. Em segundo lugar, a periodicidade da Assembléia foi reduzida para cada dois anos, o que aumenta o poder deliberativo da Coordenação.

Cabe ressaltar, porém, o processo decisório nas Assembléias Regionais para as quais são convidados todos os atingidos de uma região. Ocorrem, geralmente, em momentos de pressão em que se negocia alguma coisa com o presidente da ELETROSUL e/ou seus representantes, seja pessoalmente ou por telefone. Nenhuma proposta é encaminhada sem ser exaustivamente debatida pelos participantes da Assembléia que, geralmente, se dividem em grupos por município para discutirem. Também aí, no entanto, o poder de decisão democrática tem seus limites, o que se depreende das reflexões de um dos dirigentes sobre "decisão" e "voto":

O poder de decisão não passa pelo voto, passa pela capacidade de apresentar propostas [...] de poder ver qual é a alternativa que o movimento tem para encontrar sua saída. O voto vai para a melhor proposta.

Todavia, nem sempre a melhor proposta é aquela colocada em votação. Segundo uma liderança municipal, uma proposta somente é levada em conta quando apresentada por uma "liderança maior", que se expressa melhor. Além da proposta é preciso, portanto, ter prestígio e a arte de apresentá-la. "A voz é muito mais poder que o voto", conclui o entrevistado. E aí estaria o fundamento de mais uma hipótese explicativa da separação entre direção e bases.

Isto nos leva a perguntar, então, quem tem "voz", ou seja, a capacidade de dar a direção política do Movimento. Paradoxalmente, a resposta está na Executiva Geral, que muitos imaginam extinta! A explicação do organograma nos ensina que a Executiva Geral deveria ser constituída por um representante de cada uma das equipes. Embora ainda não estivessem estruturadas em 1990 (quase dois anos após sua aprovação),

havia pessoas responsáveis por sua implantação e eram elas, portanto, que constituíam a Executiva Geral. Não por acaso eram os "liberados" da CRAB. São os dirigentes e os "assessores/dirigentes" que as lideranças intermediárias chamam de "liderança maior".

A hierarquização entre eles é determinada pelo grau de escolaridade, pelo tempo de militância e pelo comprometimento. Dos quatro em exercício, durante o ano da pesquisa, só um militava na CRAB há cinco anos, com dedicação exclusiva. Só um, portanto, tivera o tempo necessário para qualificar-se (5 anos), como ele mesmo explica: "[...] aí é que começa a ter o poder, a ter o conjunto de informações para poder decidir".

Desta centralização decorreriam sérios problemas na "forma de conduzir" o movimento, sentidos e apontados por lideranças intermediárias, descontentes com a orientação que vinha sendo dada. São estes depoimentos que põem em dúvida o discurso do dirigente que discorreu sobre as "normas do bem dirigir" e que, do seu ponto de vista, foram a receita do sucesso do Movimento nas negociações do Acordo. Este é um dos pontos mais polêmicos entre os que procuram explicar "...esta falta de encaixe entre direção e base".

Mesmo descontentes, alguns justificam o autoritarismo como algo inevitável. As próprias necessidades criadas pelas negociações, pelos embates com a ELETROSUL, pela complexidade dos temas tratados, teriam exigido a especialização de um grupo de pessoas qualificadas no permanente processo de avaliação e discussão. Acreditando na superioridade desta qualificação, este grupo acabou decidindo e encaminhando coisas não discutidas nas instâncias intermediárias.

Aos olhos de algumas destas lideranças, porém, isto inibe e sufoca as possibilidades de desenvolvimento de outros saberes: "Você cria um pinheiro grande e não deixa crescer pinheirinho em baixo, né. A sombra abafa tudo". Em outro depoimento esta relação é comparada à relação mestre/discípulo: "[...] a liderança maior trabalha outra liderança e quando essa liderança começa a dar opinião eu vejo que tem uma dificuldade prá essa opinião ser aceita". E isto decorreria do medo do "mestre" ser superado pelo "discípulo".

O resultado é a insatisfação dessas lideranças que, tal como fizeram os quatro jovens anteriormente (1985/86), começam a questionar a direção que sentem como imposta: "O cabo começa a questionar o trator porque este quer impor a direção [...]. Por que tenho que ir atrás da máquina se a máquina precisa de mim?" Para estes líderes que exercem a função de "cabo", é o desgaste nesta ligação intermediária que abre o abismo entre "o trator" e "o de arrasto", responsável pela massificação do movimento

e pela ausência de uma participação consciente das bases.¹²

De tudo o que foi dito até aqui, podemos colher fortes indícios de que, não obstante o grande empenho, os vários esforços de reestruturação da Organização não foram suficientes para aparelhá-la, com os mecanismos de mediação capazes de diminuir o fosso entre direção e base, de descentralizar as informações e de socializar o pleno exercício da capacidade de decidir.

BALANÇO E PERSPECTIVAS

A conjuntura de agravamento da crise e da recessão acentua ainda mais o descompasso na relação direção/base. O atraso nas obras de Itá e, conseqüentemente, no cumprimento do cronograma de indenizações e reassentamentos, cria dificuldades na relação entre a CRAB e os atingidos daquela área. E isto se refletiu no preocupante balanço do movimento em 1990. Em julho daquele ano, cerca de 75% das famílias da área de Itá ainda se encontrava sem uma solução para sua situação. Depois de muita mobilização e ações radicais, que incluíram a ocupação de escritórios da ELETROSUL e o seqüestro de técnicos, o saldo das conquistas no final do ano resumia-se a um número insignificante de novas indenizações e no reassentamento de 50 famílias em Campo Erê (PR).¹³

A possibilidade de aprofundar-se o trabalho de formação de uma nova vontade coletiva, a partir da identidade de atingido, vem se estreitando na mesma proporção em que o adiamento de todo o Projeto de Aproveitamento Hidrelétrico da Bacia do Rio Uruguai faz o “ronco do bicho” ficar cada vez mais distante, o que tem conseqüências desastrosas sobre o nível de mobilização e organização dos atingidos. Até mesmo o “Machadinho nunca mais” parece garantir-se por si só, sem nenhum esforço de resistência.

A heterogeneidade do cotidiano tende a absorver a identidade de

¹² Ao que tudo indica, a metáfora do trator não é uma imagem criada espontaneamente pelo entrevistado que a usou. Trata-se de uma idéia disseminada em cursos e seminários de formação onde se divulgava o modelo de organização baseado no princípio do “centralismo democrático”. A crítica do entrevistado não atinge o modelo em si, mas ressen-te-se da precariedade do seu funcionamento, o que decorreria da falta de ajuste nas “cor-reias de transmissão”(o cabo).

¹³ É importante notar que, com o Governo Collor, foram feitas profundas modificações na estrutura de poder das empresas subsidiárias da ELETROBRÁS, ficando em desvan-tagem as forças que, do interior da ELETROSUL, tinham ajudado a garantir a assinatura do Acordo e o cumprimento de parte dos compromissos assumidos.

atingido, em todas as suas modalidades, impedindo o trabalho de multi-plicação de lideranças e de democratização das formas de organização de base. O isolamento dos dirigentes só pode aumentar, quando uma or-ganização vê suas bases se dispersarem. Agrava-se, portanto, a contra-dição entre a Organização enquanto “representação” dos atingidos e o seu papel de “mediação” na luta social.

Diante disso, multiplicam-se as propostas para garantir uma mai-or organicidade entre CRAB e Atingidos. A solução mais polêmica, à época da pesquisa, era a de “[...] destruir a CRAB para construir o Mo-vimento”.

A Assembléia de 1991 deliberou pela substituição do nome CRAB pelo de Movimento dos Atingidos por Barragens/CRAB (MAB/Região Sul) sem, no entanto, promover mudanças profundas na sua estrutura. Organização e Movimento passaram, aparentemente, a ser um só, mas nada indica que esta união tenha se dado de fato. Ao contrário, as difi-culdades para a promoção desta integração parecem ter aumentado ain-da mais. Elas são, basicamente, de duas ordens:

a) Em primeiro lugar, há o já mencionado adiamento do cronogra-ma das obras de Itá, o que esvazia todo o trabalho de mobilização reali-zado naquela área. Por outro lado, há claros sinais de que outras obras logo estarão sendo tocadas em áreas onde muito pouco foi feito em ter-mos de informação e mobilização dos atingidos, o que reflete uma tática da ELETROSUL no sentido de desnortear as lideranças e agir onde a probabilidade de resistência é menor. Isto exige um esforço redobrado de atuação junto aos atingidos por estas novas barragens, sem perder de vista a necessidade de manter a mobilização na área de Itá e mesmo na de Machadinho, projeto que pode ser retomado a qualquer momento.

b) Em segundo lugar, encontram-se os limites impostos pela incum-bência de instalação dos assentamentos. Se, nos dois primeiros assenta-mentos, a CRAB assumiu a responsabilidade pela construção dos gal-pões (com verba repassada pela ELETROSUL), para a implantação do terceiro (Mangueirinha-PR) a empresa transferiu a tarefa de instalar ca-sas, galpões, infra-estrutura comunitária e assim por diante. Ao mesmo tempo, foi-lhe repassada a responsabilidade sobre os recursos financei-ros destinados às obras. A dimensão da empreitada é assustadora e pra-ticamente monopoliza todos os recursos técnicos e humanos da organi-zação, pondo em risco a possibilidade de continuar desempenhando seu papel de mobilização, articulação e formação dos atingidos de modo a

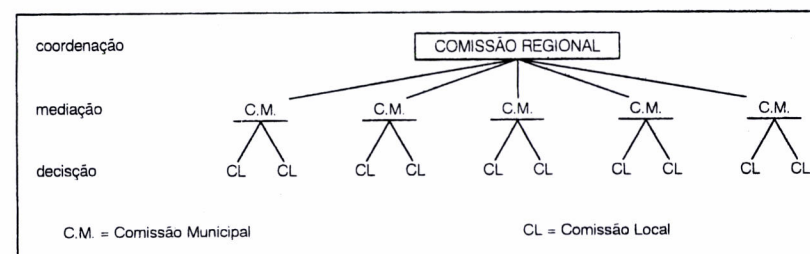
ampliar e legitimizar sua representatividade. Além disso, parte da base social da CRAB, representada pelos atingidos assentados ("ex-atingidos"), está cada vez mais dispersa e distante, vivendo, agora, no Paraná!

A crise do Estado e as tendências privatizantes, trazem novos elementos. O quadro ainda é nebuloso, mas não seria exagero dizer que o próprio padrão de desenvolvimento com base nos grandes projetos está sendo superado, fato que possivelmente venha a mudar a natureza dos direitos infringidos e exija profundas revisões também no conteúdo das reivindicações, nas formas de organização e luta e, até mesmo, na natureza dos interlocutores: representantes diretos do capital privado, sem o escudo de uma empresa estatal.

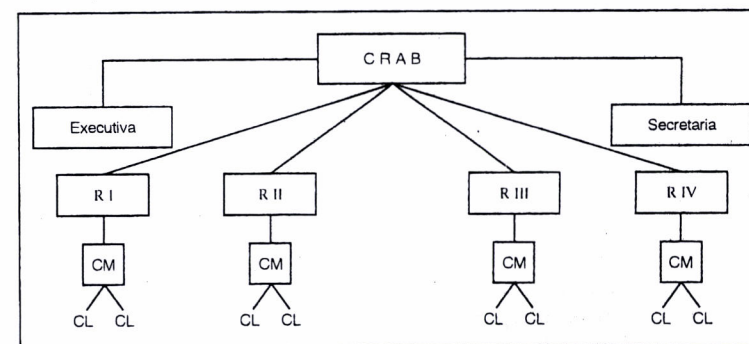
Essas perspectivas nos levam a perguntar sobre a capacidade dos dirigentes de dar conta do trabalho organizativo requerido por estes novos desafios. Isto torna legítimo duvidar da possibilidade do MAB/Região Sul conseguir ser a referência de unidade e de identidade de situações tão diferenciadas, como as que já existem e as que podemos prever.

Se quiserem renovar sua prática e manter sua capacidade de representação e de intervenção junto aos agricultores do Alto Uruguai, os dirigentes terão que se preparar para mudanças mais profundas. Devem lembrar que, no diluir-se da identidade de atingido, ressurgem com força a identidade de trabalhador rural, com problemas imediatos palpáveis que, como salientou Navarro, requerem propostas alternativas políticas e produtivas em níveis local e regional - base da construção de uma alternativa nacional (Navarro, 1990).

ANEXO I

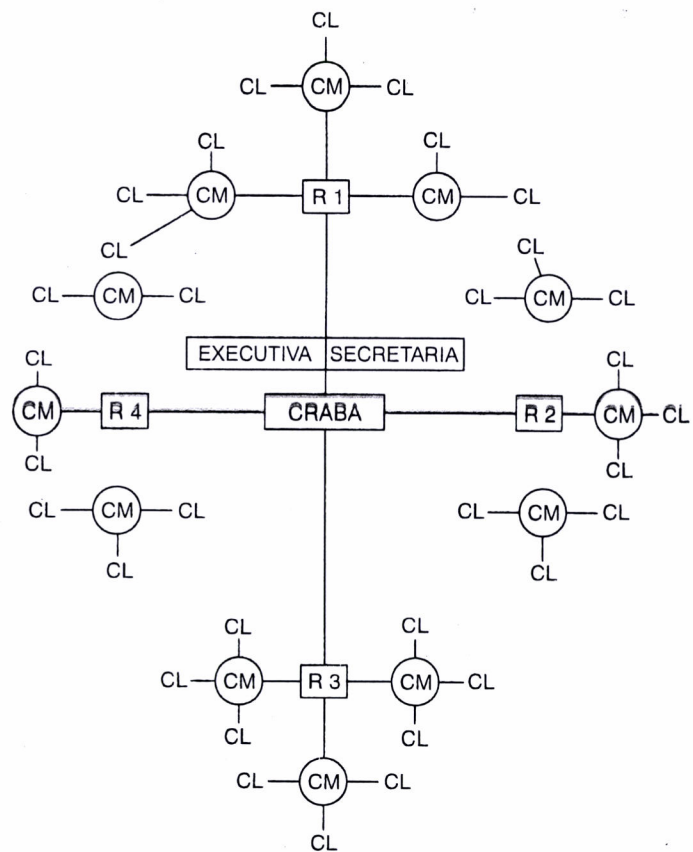


ANEXO II



RI = Tapejara; RII = Mariano Moro; RIII = Viadutos; RIV = Concórdia

ANEXO III

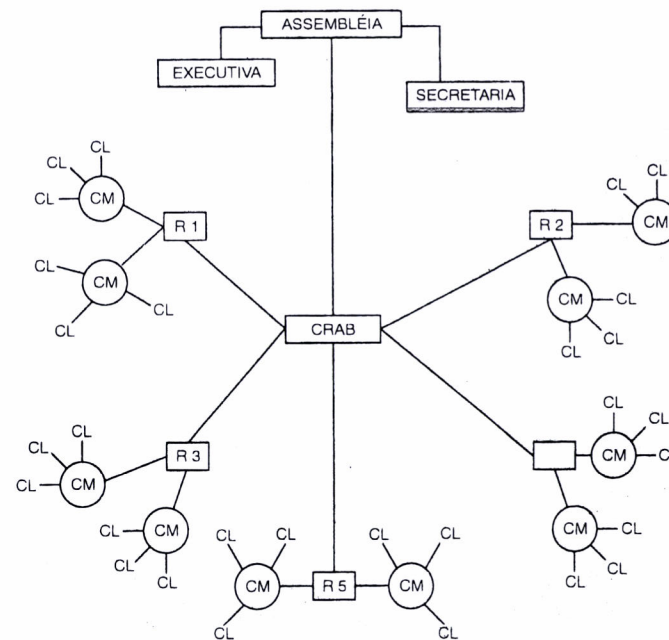


CRABA = Comissão Regional de Atingidos por Barragens
 R1 = Machadinho e Itá; R2 = Itapiranga e Iraí; R3 = Lages; R4 = Chapecó
 R = Região; CM = Comissões Municipais; CL = Comissões Locais

ANEXO IV

CRAB = Comissão Regional de Atingidos por Barragens
 CL = Comissões Locais
 CM = Comissões Municipais

R1 = Itá e Machadinho
 R2 = Itapiranga e Iraí
 R3 = Lages e Vacaria
 R4 = Chapecó/Chapecozinho
 R5 = Garabi e Roncador



ANEXO 5

	ASSEMBLÉIA GERAL (a cada 2 anos)	
EQUIPES	E	
	PLENÁRIAS GERAIS (quando necessário)	
Finanças	Coordenação Geral	Executiva Geral
Organização		
Formação		
Divulgação	Coordenação Geral	Executiva Geral
Comunicação	(3 a 4 de cada região)	(1 de cada equipe)
	- reunião mensal -	
	Líderes Regionais	Executivas Regionais
	(Grupo dos 40)	
EQUIPES		
Finanças		
Organização		
Formação		
Divulgação	Comissões Municipais	Executivas Municipais
Comunicação		
EQUIPES		
Finanças	Comissões Locais	1 coordenador
Organização		1 secretário
Formação		1 tesoureiro
Divulgação		
Comunicação		

Observação: A explicação do funcionamento do organograma encontra-se nas páginas 18-23 do livreto *A nossa história em debate*, publicado pela CRAB para servir de base para discussões durante a IV Assembléia, em março de 1989.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- CARDOSO, R. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In: SORGE, B.; ALMEIDA, M.H.T. (Orgs.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CHAUÍ, M. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- DURHAM, E.R. Cultura e ideologia. *Dados*, v.27, n.1, 1984.
- EVERS, Tilman. Identidade: a face oculta dos movimentos sociais. *Novos Estudos CEBRAP*, v.2, n.4, abr. 1984.
- FAILLACE, Sandra Tosta. Os atingidos do Rio: análise da categoria "atingido" na questão da UH de Itá (RS/SC). In: *Avaliação de aspectos sociais da energia hidrelétrica*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, PPGAS/UFRJ, ago. 1989. Cap. IV, p.275-307.
- FOX, J.; HERNANDEZ, L. Compensando a lei da oligarquia: a prestação de contas dos dirigentes em uma organização camponesa regional. *Desenvolvimento de Base*, n.13, p.2, 1989.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- GRZYBOWSKI, C. *Mobilização social de trabalhadores rurais: possibilidades e limites da democratização nas áreas rurais no Brasil*. Trabalho apresentado na conferência "Challenge of Rural Democratization in Developing Countries", MA, USA, 12-14 jun. 1989.
- MAINWARING, S. *Igreja Católica e política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MORAES, M.S. Energia e desenvolvimento: o sonoro "não" dos atingidos por barragens. In: ACSELRAD, H.(Org.). *Meio ambiente e democracia*. Rio de Janeiro: IBASE, 1992. p.95-107
- _____. "No rastro da águas: pedagogia do Movimento dos Atingidos pelas Barragens da Bacia do Rio Uruguai". Tese de doutorado em Educação, Dep. de Educação/PUCRJ, 1994.
- NAVARRO, Zander. *Relatório sobre sindicalismo*. Relatório de pesquisa do projeto Democracia e Desenvolvimento Rural, não publicado.
- OLIVEIRA, F. *Estado, sociedade, movimentos sociais e políticas públicas no limiar do século XXI*. Programa de Investigação e Comunicação. Rio de Janeiro: FASE, 1994.
- SCOTT, A. *Ideology and the New Social Movements*. Londres: Unwin Hyman, 1990. 174p.
- SILVA, L.A.M. Desdobramentos do campo temático dos movimentos sociais. In: *Cadernos CEAS*, n.144, p.39-51 mar./abr. 1993.
- TARROW, S. *Struggle, Politics and Reform: Collective Action, Social Movements and Cycles of Protest*. Western Societies Program. Cornell University: Center for International Studies, occasional paper, n.21, 1989. 120p.

Ambivalências na representação de classe e a noção de “trabalhador rural”

ODACI LUIZ CORADINI

APRESENTAÇÃO

O objetivo do presente texto se resume num esforço em apresentar algumas peculiaridades e conseqüentes ambivalências na representação do que, no Brasil, jurídica e sindicalmente, passou a ser designado como “trabalhador rural”. O material empírico que serve de base para as conclusões e/ou indicações apresentadas são de um trabalho anterior, sobre as mobilizações e lutas em torno das políticas de saúde e previdência social rural no Rio Grande do Sul (Coradini, 1989, particularmente Volume 1). Portanto, trata-se de um material coletado há algum tempo e conseqüentemente, algo desatualizado no que tange a algumas modificações posteriores no campo da representação sindical dos trabalhadores rurais.

Apesar dessa defasagem temporal, ao que tudo indica as indicações básicas contidas neste material ainda se prestam para uma discussão do tema em pauta. De qualquer modo, seja devido às características das evidências empíricas que servem de base ou ainda, do grau de elaboração deste texto, o mesmo não tem pretensões conclusivas, restringindo-se ao levantamento de alguns temas considerados como relevantes. Inclusive, porque o tema em pauta extrapola as lutas especificamente acerca das políticas de saúde e previdência social, sobre as quais foram recolhidas informações empíricas.

UNIFICAÇÃO DA “CLASSE” E DIFERENCIAÇÃO DE “PROBLEMAS”(E DE “TENDÊNCIAS”)

Mesmo deixando-se de lado o conjunto da representação sindical dos trabalhadores rurais em termos nacionais, que está fora dos limites deste texto e tomando-se apenas o Sul do Brasil, fica evidente que ocor-